



Rio de Janeiro, Sexta-feira Santa. Notas para uma discussão sobre mídia, violência e alteridade*

Maria Claudia Coelho**

Resumo – O objetivo deste trabalho é examinar o tema da alteridade nos discursos sobre a violência encontrados em alguns veículos da mídia impressa, enfocando a cobertura de um fato dramático ocorrido no Rio de Janeiro: a guerra entre traficantes na Favela da Rocinha na madrugada da Sexta-feira Santa de 2004. A análise concentra-se em um momento desse episódio: a sugestão, feita pelo vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, dois dias após o início do acontecimento, de se construir um muro para conter a expansão da Rocinha. A escolha do episódio justifica-se por ser o muro uma estratégia-síntese de segregação (conforme sugerido por outros autores). Dá-se relevo, desse modo, aos discursos em torno da relação violência-alteridade. O material analisado consiste na cobertura feita pelos jornais diários *O Globo* e *Jornal do Brasil*.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Favela da Rocinha; mídia; violência; alteridade.

Os discursos em torno da segurança pública parecem organizar-se em torno de dois eixos principais: a contenção da violência e a formulação de políticas sociais capazes de afastar os jovens da criminalidade.¹ Ora pensadas sob uma perspectiva integrada, ora colocadas em relação de exclusão, estas duas diretrizes fundamentais das políticas de segurança pública parecem apontar para uma questão essencial da reflexão sobre a violência: a relação entre violência e alteridade. Pois, priorizar exclusivamente a contenção – acusando, julgando, encarcerando –

remete-nos a uma construção do agente da violência como fundamentalmente *outro* em relação à vítima, dotado de uma natureza outra e de razões que ultimamente não interessam compreender; enquanto que a preocupação com a formulação de políticas sociais que ofereçam ao possível criminoso formas alternativas de inserção no mundo remete-nos a sua representação como um ser *igual* dotado de aspirações legítimas que justificam a abertura de canais para atendimento das mesmas. Estamos, assim, diante de um velho problema

* Este artigo apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa “Violência, alteridade e sentimentos: um estudo sobre a percepção da violência em camadas médias do Rio de Janeiro”, iniciado em outubro de 2003, no âmbito do Prociência da UERJ.

** Doutora em Sociologia pelo IUPERJ e Professora do Departamento de Ciências Sociais da UERJ. Email: mccoelho@alternex.com.br.



conhecido pela antropologia: a relação entre violência e alteridade, aqui ressurgida por uma ótica microfísica.

Alguns estudos elaborados nos últimos dez anos vêm apontando para a centralidade dessa temática nos discursos sobre a violência encontrados nos diversos grupos sociais no Brasil e refletidos/engendrados no tratamento dado pela mídia às notícias sobre o assunto. O objetivo deste trabalho é examinar o tema da alteridade nos discursos sobre a violência presentes em alguns veículos da mídia impressa carioca, enfocando a cobertura de um episódio de especial dramaticidade ocorrido no Rio de Janeiro: a guerra entre traficantes na Favela da Rocinha na madrugada da Sexta-feira Santa, em 9 de abril de 2004.

Para tanto, o texto encontra-se dividido em duas seções. Na primeira, exponho um conjunto de pressupostos teóricos que orientam o tratamento dado ao material analisado. Esta primeira seção divide-se em duas partes: a) a recorrência da percepção do criminoso como um *outro* por parte de vários segmentos da sociedade brasileira, tal como examinado por Velho (1994), Caldeira (2000) e Rondelli (1997); e b) modelos teóricos para se pensar a relação entre mídia, sociedade e violência.

A segunda seção apresenta a análise dos dados. Os jornais selecionados foram *O Globo* e *Jornal do Brasil*,² meios voltados para um público de camadas médias e altas, com circulação diária. Em ambos, a guerra de traficantes iniciada na Rocinha na Sexta-feira Santa permaneceu

no noticiário por mais de duas semanas, ocupando, além do noticiário em si, as seções de cartas dos leitores, de editoriais, de artigos de especialistas e as colunas regulares.

Elegi para análise um momento deste episódio: a sugestão, feita pelo vice-governador Luiz Paulo Conde dois dias após o início da guerra, de se construir um muro para conter a expansão da Rocinha (debatida nos dois jornais). A escolha deste episódio justifica-se por duas razões. Em primeiro lugar, a proposta rendeu acaloradas discussões, gerando artigos, matérias e cartas de leitores. Em segundo, trata-se de uma estratégia-síntese de segregação: o muro pode ser entendido como a reação que melhor sintetiza uma percepção da violência como algo cometido por um *outro*, justificando assim atitudes segregacionistas (Caldeira, 2000), e por esta razão configura uma proposta cuja discussão coloca em relevo os discursos em torno da relação entre violência e alteridade.

Nas considerações finais procuro sublinhar alguns temas sugeridos por este exercício de análise, em especial no tocante à relevância deste tipo de estudo para a compreensão do fenômeno da violência no Rio de Janeiro.

1. Pressupostos teóricos

1.1. Os discursos sobre a violência: o criminoso como *outro*

Velho (1994), comparando a reação popular a uma série de assassinatos ocorridos no Rio de Janeiro no final de 1990 com um assassinato



ocorrido em 1963, discute o modo como a opinião pública carioca reage à violência nesses dois episódios. Partindo do trabalho clássico de Hughes sobre a relação entre as “boas pessoas” e o “trabalho sujo”, no caso do nazismo, Velho abstrai o problema da delimitação das fronteiras entre *in-groups* e *out-groups* para a compreensão do modo como a violência é pensada junto a determinados segmentos sociais. O autor identifica a presença de um sentimento de “anestesia” de alguns grupos sociais diante do sofrimento que aflige outros grupos:

As nossas ‘boas pessoas’, de um modo geral, só são sacudidas quando ocorre uma tragédia dentro de seu limitado in-group. É fascinante em termos sociológicos e chocante em termos éticos ver pessoas se deslocando dentro de uma sociedade injusta e violenta, anestesiadas diante da miséria, sofrimento e violência que afligem permanentemente os out-groups, no caso, a maioria esmagadora da população. No Brasil, no Rio de Janeiro particularmente, com exceção de algumas poucas áreas como certos condomínios fechados, não parece viável a metafórica redoma de vidro que faz com que em sociedades mais guetificadas as elites possam viver boa parte do seu tempo ignorando as mazelas do povo. No entanto, os mecanismos socioculturais de

distanciamento e hierarquização possibilitam a existência e manutenção de sutilíssimos mapas de navegação social que permitem, se não uma redoma, talvez uma espécie de capa ou invólucro protetor de insensibilização. (Velho, 1994, p.110)

Velho identifica duas vertentes principais nos discursos sobre a violência, às quais se refere como “repressora” e “reformista”. A vertente “repressora” é marcada por uma ausência de identificação com as vítimas da violência, à exceção daquelas pertencentes ao círculo mais imediato (p.111). Neste discurso, é recorrente o surgimento de temas tais como a pena de morte, o maior rigor penitenciário e a inferioridade étnico-racial de alguns grupos. Já a vertente “reformista” é marcada por uma “ampliação do campo de identificação”.

Estes dois modelos são, contudo, encontrados de maneira nuançada nos depoimentos. O ponto fundamental, contudo, é a forma de delimitação das fronteiras da alteridade:

São, essencialmente, dois modos de definir e lidar com o ‘outro’. Enquanto em um caso o in-group é marcadamente restrito e fechado, no segundo há uma inclusão de um segmento maior da sociedade e/ou humanidade. Este está associado a um projeto de mudança e reforma enquanto o primeiro vincula-se à manutenção das



fronteiras sociais e de um modelo em que o in-group está permanentemente ameaçado pelo stranger e pelo outsider. São distintas possibilidades de construção social da realidade com repercussões em todas as esferas e domínios. (Velho, 1994, p.113)

O tema da construção da alteridade como eixo norteador dos discursos sobre a violência é tratado também por Caldeira (2000) em sua análise sobre as narrativas do crime encontradas junto a diversos segmentos da população de São Paulo. Tomando por base a narrativa feita por uma senhora habitante da Moóca, Caldeira identifica duas “reduções” presentes no relato sobre a história de seu bairro: a culpabilização dos novos moradores (migrantes nordestinos) por todas as mudanças e sua criminalização e depreciação (“ignorantes, preguiçosos, sujos, imorais. Numa palavra, eles são criminosos”) (p.36).

Caldeira aponta que a lógica que orienta essa depreciação dos migrantes nordestinos é a tentativa de demarcar a diferenciação entre eles e os “moradores originais” do bairro, em sua maioria migrantes de origem italiana. Haveria um “princípio classificador” que operaria pela acentuação da diferença em relação àquele que está mais próximo:

Em outras palavras, o princípio classificatório que está funcionando aqui é que a categoria que está mais

próxima do narrador mas que é diferente deve ser a mais enfaticamente distanciada e condenada. A mistura de categorias produz ansiedade cognitiva e conduz à abominação, como nos lembra Mary Douglas em seu estudo sobre classificação: ‘Imundície ou sujeira é o que não deve ser incluído se um padrão precisa ser mantido’ (1966, p.40). Para distinguir a si mesmos dos novos migrantes, os mais antigos os tratam simbolicamente como poluidores e os associam ao crime e ao perigo (Caldeira, 2000, p. 36-37).

O nordestino aparece assim como uma “síntese do mal”, como “menos do que humanos” (p.37), consistindo assim a versão específica desse bairro paulista para um processo recorrente nos discursos sobre a violência: a “alterização” do criminoso e/ou a criminalização do outro.

Este tema é observado também por Rondelli (1997) em seu exame do discurso midiático sobre a violência. Para a autora, a mídia elabora “imagens sobre o Outro”, tentando produzir nesse processo uma imagem da ordem. A característica central desse discurso midiático é uma forma de relação entre o “outro” e a “ordem” em que a diferença aparece como algo a ser eliminado para a manutenção da ordem. Nesse percurso, o *outro* é demonizado, sua personificação



pode variar historicamente, ora como comunista, ora como jovem negro e pobre, ora como trabalhador sem-terra (p. 158). A relação entre ordem e alteridade é assim exposta pela autora:

Esse Outro é apresentado, pela mídia, como uma imagem símbolo de uma diferença que se quer eliminar em prol de uma visão da ordem. O encontro com esse Outro é somente o consumo de sua imagem – algo posto para o ver, para ser exibido, por ser exótico, pitoresco, alienado, monstruoso, brutal ou anômalo. Um Outro que habita as regiões da marginalidade, da enfermidade, da pobreza e da morte. Nunca um encontro com as figuras ou a idéia da alteridade, mas um afastamento. Para que serve este Outro (diferente) que escapa às normas e às regras da sociedade? Na maior parte das vezes para reconstruir em negativo, pelo avesso, os traços constitutivos de uma identidade social normatizada. (Rondelli, 1997, p.158-59)

Rondelli destaca ainda que essa construção da imagem do outro conduz à disseminação do medo diante daquilo que é percebido como diferente, gerando um tipo de sociabilidade em que a possibilidade de respeito e aceitação da diferença é anulada em

favor de uma atitude de negação e afastamento (p.159). Com isso, a autora sugere uma via para a compreensão das maneiras como o discurso midiático participa do próprio fenômeno da violência. Este problema – as formas de compreensão das relações entre mídia, sociedade e violência – é o assunto tratado na próxima seção.

1.2. Mídia, sociedade e violência: três modelos teóricos

O caminho teórico escolhido por Rondelli para examinar a relação entre mídia e violência está baseado na premissa de que a tematização da violência pela mídia constrói um imaginário capaz de informar e produzir as atitudes sociais diante desse fenômeno (p.142). Neste sentido, a mídia faria mais do que meramente “retratar” a violência, mantendo com ela uma relação que transcende em muito a simples referência. A mídia seria um participante ativo do fenômeno da violência, participação esta que se daria sob duas formas principais. A primeira delas é sua capacidade de tornar visíveis os conflitos, retirando-os de seu espaço circunscrito de ocorrência empírica e lançando-os na cena pública (p.143). A segunda é a construção de representações sociais sobre a violência e seus personagens, representações essas capazes de organizar as práticas sociais a seu respeito (p.146).

O discurso midiático é assim entendido como parte integrante da própria violência. Segundo Rondelli:



Portanto, o modo como a mídia fala sobre a violência faz parte da própria realidade da violência – as interpretações e os sentidos sociais que serão extraídos de seus atos, o modo como certos discursos sobre ela passarão a circular no espaço público e a prática social que passará a ser informada cotidiana e repetidamente por estes episódios narrados.

Revela-se, aqui, o caráter estruturado/estruturador dos discursos. A mídia é um determinado modo de produção discursiva, com seus modos narrativos e suas rotinas produtivas próprias, que estabelecem alguns sentidos sobre o real no processo de sua apreensão e relato. Deste real ela nos devolve, sobretudo, imagens, ou discursos que informam e conformam este mesmo real. Portanto, compreender a mídia não deixa de ser um modo de se estudar a própria violência, pois quando esta se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza, ou banaliza os atos de violência está atribuindo-lhes um sentido que, ao circularem socialmente, induzem práticas referidas à violência (Rondelli, 1997, p.147).

Sento-Sé (2003), em artigo voltado para a compreensão das formas de articulação entre os sentimentos de medo e insegurança e o trata-

mento dado pela mídia à violência e à segurança pública, baseia-se na discussão proposta por Anderson sobre as “comunidades imaginadas” para refletir sobre o papel da mídia no desenrolar do fenômeno da violência. O autor parte da constatação, já amplamente demonstrada em diversos estudos, de que não há qualquer correlação entre o aumento/decréscimo dos indicadores da violência e a intensificação/redução dos sentimentos de vulnerabilidade e insegurança da população. Essa independência permitiria falar, nos termos propostos por Soares (1996), da existência de uma “cultura do medo”.

Sento-Sé propõe uma concepção da relação entre o noticiário da violência e os sentimentos de insegurança baseando-se na noção do “enquanto isso”, proposta por Anderson para falar do efeito produzido pelos meios de comunicação de massa na consciência popular, permitindo às pessoas a experiência do “compartilhar com o longínquo”, configurando assim as chamadas “comunidades imaginadas”. O autor entende da seguinte maneira o efeito dessa transformação na experiência cotidiana do sujeito hoje:

No que diz respeito à segurança, isso quer dizer que não é necessário que um dado indivíduo, ou alguém de seu círculo mais próximo, tenha passado por uma situação de vitimização para que se sinta atingido pela violência de que tem notícia.



Sentimo-nos atingidos em nossa confiança de que estamos seguros a cada vítima de que tomamos conhecimento, a cada caso que chega até nós por relatos de terceiros. Ficamos abalados e solidários com as vítimas. Vale ressaltar que tal sentimento de solidariedade costuma variar de acordo com alguns traços fundamentais da vítima, sendo tão maior quanto mais próximos nos sentimos dela. Esse dado é importante por uma série de fatores, dentre eles por sugerir que não são exatamente os índices de vitimização que causam temor, mas aspectos outro, como perfil das vítimas, modalidades de violência e regiões em que ocorrem os casos reportados. (Sento-Sé, 2003, p.33)

A análise do modo como se constrói o noticiário da violência aparece como fundamental para a compreensão dos sentimentos de medo e insegurança presentes no imaginário popular da violência. Sento-Sé sugere algumas diretrizes para um programa de pesquisa sobre as formas de noticiar a violência, em que “o potencial de identificação do público consumidor do veículo em pauta com os casos relatados” seria a variável fundamental (p.33). Ao colocar o problema em termos de “identificação”, o autor aponta aqui também

para a centralidade do problema da alteridade nos discursos sobre a violência.

O terceiro modelo teórico para se pensar a relação entre mídia e violência pode ser abstraído da obra de Caldeira (2000) sobre as narrativas do crime encontradas junto a habitantes de São Paulo provenientes de diversos segmentos sociais. A autora entende a fala como uma forma de ação social, à medida que, ao produzir, pela narrativa, uma forma de ordenação do mundo, esta fala orientaria as percepções e ações relativas à violência. Caldeira explicita a hipótese que orienta suas reflexões na seguinte passagem:

As narrativas de crime, ao lidar com a desordem da experiência causada pelo crime (ou por um dos processos de ruptura que o crime simbolicamente expressa) produzem um certo tipo de significação. Essas narrativas são simplistas, intolerantes e marcadas por preconceitos e estereótipos. Elas contradizem o discurso e as iniciativas democráticas, exatamente os tipos de prática que a sociedade brasileira estava tentando consolidar quando o crime tornou-se a fala da cidade. Além disso, embora as distinções aguçadas da fala do crime reordenem de fato as experiências perturbadas pela violência, não são eficazes para controlar a violência. Ao contrário, elas reproduzem o medo e a violência (2000, p.39-40).



Sua convicção é de que “a fala do crime faz a violência proliferar ao combater e simbolicamente reorganizar o mundo” (p.43). Neste processo, a circulação do medo provocada pela repetição de histórias é um elemento importante, à medida que tem, entre outras conseqüências, a produção de atitudes de indiferença diante de políticas que violentam os direitos humanos e de padrões de segregação espacial.

O discurso midiático pode ser entendido como uma “fala do crime”, participando, portanto, do próprio fenômeno que pretende es- tar descrevendo, ao orientar, pela ordenação de mundo que empreende, as ações e percepções dos sujeitos com os quais dialoga. Logo, os três modelos abordados, ainda que partindo de premissas teóricas distintas, concordam em dois pontos fundamentais: a) o discurso midiático mantém com a violência uma relação que transcende a mera referência, interferindo, por meio da introdução na cena pública de conflitos espacialmente circunscritos e da produção de um conjunto de representações sobre o fato violento, no modo como os sujeitos pensarão e agirão em relação a ele; e b) o modo de narrar está diretamente relacionado com as oscilações dos sentimentos de medo e insegurança, o que por sua vez influi também nas atitudes do sujeito diante da violência.

Este conjunto de idéias orienta as reflexões que se seguem acerca do noticiário sobre a “Sexta-feira Santa” no Rio de Janeiro.

2. Sexta-feira Santa no Rio de Janeiro: o noticiário

2.1. Um breve relato dos acontecimentos

Na madrugada da Sexta-feira Santa (09 de abril de 2004), a Favela da Rocinha (situada no bairro de São Conrado, no Rio de Janeiro) foi palco de uma guerra de traficantes provenientes da Favela do Vidigal, provocada pela tentativa de invasão por parte de um grupo chefiado por um traficante foragido das penitenciárias. O grupo montou uma falsa *blitz* na avenida Niemeyer, durante a qual matou com um tiro uma motorista que tentara furar o bloqueio. Em seguida, na invasão à favela, matou mais duas pessoas (uma babá e um skatista). No confronto com a polícia, dois policiais foram mortos. No dia seguinte, com a continuação do confronto, dois traficantes morreram.

A situação de instabilidade na Rocinha prosseguiu por alguns dias, durante os quais mais três pessoas foram mortas. No sexto dia de conflito, a polícia matou o traficante Lulu, até então “dono” do morro, e lançou-se à caça do traficante Dudu, responsável pela invasão.³ A morte de Lulu provocou novos conflitos, com o deslocamento de um grupo grande de moradores da favela em sete ônibus para acompanhar o enterro. Durante o trajeto, o grupo – “escolta-do” por policiais – gritava palavras de ordem em apoio ao traficante morto.

O noticiário a respeito vai gradualmente esmorecendo, à medida que a polícia não encontra Dudu. Noticia-se a “sucessão” do tráfico na



Rocinha, com seu comando em novas mãos. Nos quinze dias (aproximadamente) em que o assunto ocupa o noticiário, várias propostas são feitas para lidar com a situação: a) a construção de um muro em torno da Rocinha; b) a remoção da favela para uma área no Centro da cidade; c) a intervenção do governo federal, com o envio de tropas militares (proposta essa debatida em meio a acusações e ironias entre os governos municipal, estadual e federal). As duas sessões seguintes são dedicadas, respectivamente, ao mapeamento das opiniões em torno da proposta do muro e à sua análise. Cabe ressaltar, contudo, que a análise realizada aqui tem um caráter parcial, restringindo-se ao material publicado a respeito entre os dias 12 a 15 de abril, quando as discussões estão no auge.

2.2. O muro: urbanização ou segregação?

A proposta de construção de um muro separando a Favela da Rocinha da mata foi feita pelo vice-governador Luiz Paulo Conde e noticiada em 12 de abril de 2004. A proposta contou com a manchete principal em *O Globo*. O vice-governador justificou a idéia com base em três argumentos: necessidade de preservação da área de proteção ambiental; possibilidade de criação de infra-estrutura (inutilizada devido à continuação do crescimento da favela); e proteção para os moradores. Na mesma matéria, foram ouvidas diversas outras pessoas, entre políticos, especialistas e moradores da Rocinha.

A condenação da proposta foi quase unânime. O deputado estadual Alessandro Molon (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, considerou a proposta um “atestado de despreparo das autoridades”. O deputado federal Eduardo Paes (PSDB) considerou a proposta “ridícula”, alegando que “um muro não impediria os bandidos de passar de um lado para o outro por mais alto que fosse”. Os especialistas ouvidos também foram contrários, embora por razões diferentes. O Secretário Municipal de Meio-Ambiente, Airton Xerez, afirmou que “o governo parece que está adotando a política de extermínio de Ariel Sharon e Hitler.” A socióloga Leonarda Musumeci argumentou que “ele [o muro] lembra separação, *apartheid*. Simboliza ainda a falência do estado”. A única voz a favor do muro – embora com a ressalva de que seria necessário ouvir antes os habitantes da Rocinha – veio do presidente da associação de moradores, Willian de Oliveira, que declarou: “tudo o que puder ser feito para melhorar a segurança da comunidade é importante”.⁴

O debate prossegue no dia seguinte, incorporando agora a voz dos leitores, nas seções de cartas. A novidade do dia 13 de abril é a retirada da proposta pelo próprio autor, que recua diante da avalanche de críticas, justificando-a, contudo, como uma proposta de teor urbanístico, conforme explicitado em artigo publicado em *O Globo* e co-assinado por Sérgio Magalhães (Subsecretário Estadual do Desenvolvimento Urbano):



A Sexta-feira Santa vestiu de roxo o Rio de Janeiro, com a violência de que foram palco a Rocinha e o Vidigal. O espírito de confiança do carioca ficou mais uma vez atingido. A perplexidade indaga se nossa cidade voltará a ser pacífica, como por gerações nos acostumamos a viver. E, estando os focos de violência identificados com as favelas, muitos se perguntam se não é possível contê-las ou pelo menos isolá-las. (O Globo, 13/04/2004, p.7)

Em matéria na qual se discute o recuo do vice-governador, o tom de crítica permanece o mesmo. O prefeito Cesar Maia é irônico, dizendo que o efeito seria a construção de um “parque temático das drogas”. A presidente da Federação de Favelas do Rio, Deusemar da Costa, também se manifesta contrária à idéia, alegando que “o muro é uma medida paliativa. A expansão da favela só será contida com uma política habitacional eficiente”. O representante do Centro de Justiça Global reage também com ironia diante da proposta do muro. A única voz favorável pertence a uma moradora da Rocinha, que alega que “este muro daria mais segurança aos moradores”.⁵

O discurso da própria mídia, porém, parece oscilar entre ser contra ou a favor. Na mesma página, há uma matéria intitulada “Barreiras que deram e não deram certo”, na qual são relatadas duas experiências de contenção de favelas por muros, uma bem e outra mal-sucedida. A experiência bem-sucedida é narrada

como um sucesso do ponto de vista urbanístico, visando evitar deslizamentos. Já a experiência mal-sucedida é contada de forma mais politizada, com a Secretária de Obras e Habitação de São José dos Campos afirmando que o muro se destinava a “esconder a favela”, e contrapondo a esta intenção a decisão da prefeitura de urbanizar o local e retirar o muro.

Ainda na mesma página, há um pequeno box intitulado “Opinião”, no qual é proposto o exame da sugestão de Luiz Paulo Conde, não como forma de conter a violência, mas como uma solução urbanística para conter a expansão das favelas em encostas. O tom é pragmático:

É preciso, de qualquer forma, que o muro faça parte de um projeto que não se limite a deter o crescimento de uma determinada comunidade, encosta acima. Seria perda de tempo e dinheiro jogado fora erguer uma barreira que apenas separe a favela antiga da favela nova que começar a surgir além-muro (O Globo, 13/04/2004, p.15).

No *Jornal do Brasil*, o debate segue linhas semelhantes. Na matéria em que se noticia o recuo do vice-governador, são publicadas as mesmas críticas irônicas do prefeito Cesar Maia. A opinião do deputado federal Antonio Carlos Biscaia (PT) é a de que o muro “é uma medida demagógica e segregacionista”, além de “inócua e sem propósito”. Biscaia aponta, ainda, a



necessidade de se proteger efetivamente a população da Rocinha: “trata-se de uma medida isolada, que afeta uma comunidade carente, a principal vítima da falta de uma política de segurança séria”. São ouvidos, também, dois moradores da Rocinha, ambos contrários ao muro, considerado por eles ineficaz. Suas propostas alternativas, porém, diferem. De um lado um morador afirma: “É como criar gatos dentro de um muro, não tem sentido. O dinheiro deveria ser aplicado em projetos sociais”. O outro morador diz que: “A Rocinha precisa de proteção policial. O muro não impede a ação dos traficantes” (*Jornal do Brasil*, 13/04/2004, p. A-16).

Na mesma matéria, são citadas também opiniões de especialistas da área de ciências sociais. Os dois especialistas citados consideram a proposta um sinal de segregação. O antropólogo Gilberto Velho entende que a construção do muro iria “guetificar” a comunidade, tornando-se ineficaz como política de segurança: “a atual política de segurança é demagógica e irresponsável. A presença do poder público nas comunidades é importante a fim de proteger a população dos traficantes”. O cientista político João Trajano Sento-Sé segue em direção semelhante; segundo o *JB*, “afirma que o muro reforça uma imagem de segregação e provoca uma divisão nas comunidades e na cidade”.⁶

No terceiro dia de cobertura acerca dessa proposta, *O Globo* publica dois artigos. O primeiro deles é um depoimento do médico pediatra Abelardo Bastos Pinto Jr. que passara de carro pela auto-estrada diante da Rocinha em meio ao conflito. O tom geral de sua fala é de

repúdio ao muro, postulando em seu lugar a implementação de políticas sociais de inclusão:

Murar essa ‘cidade’ significa isolá-la mais da realidade e valorizar mais as casas que se apoiarão nesse monumento ao descrédito, tendo em vista a incapacidade atual de controle. (...) Quem sabe juntando todos os trabalhos que já existem na comunidade de forma integrada e objetiva segundo os diagnósticos sociais, partidos políticos sem bandeiras, juntos trabalhando para quem precisa, para todos nós que precisamos. (O Globo, 14/04/2004, p.16).

O tema da inclusão é a tônica também do artigo do sociólogo Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, publicado no mesmo dia, e que, operando com a metáfora do muro como símbolo de exclusão, propõe, ao contrário, a construção de “pontes para unir as ‘rocinhas’ aos belos ‘são conrados’” (p.17).

Nesta colagem de falas suscitadas pela proposta do muro, podemos identificar alguns traços. A primeira deles é a quase unanimidade, na fala de políticos e especialistas, de condenação à proposta do muro. Esta unanimidade, contudo, é matizada, pois as razões apresentadas oscilam entre dois argumentos: o da ineficácia (“os bandidos passariam de um lado para o outro”) e o da ideologia implícita (“guetificação”, “segregação”). As alternativas também oscilam entre medidas de caráter mais repressor (“mais



proteção policial”) ou políticas de inclusão social (vide artigos do médico Abelardo Pinto Jr. e o do sociólogo Luiz Cesar Ribeiro).

É fundamental destacar que as duas únicas vozes citadas em apoio à construção do muro vieram de moradores da Rocinha, que o consideraram uma “medida de segurança”. Essas falas evidenciam a força simbólica do muro como uma estratégia de proteção e busca de segurança (conforme apontou Caldeira, 2000), pois, em um doloroso paradoxo, essas pessoas falam em favor de um dispositivo de isolamento que as deixaria isoladas no mesmo espaço em que estariam os bandidos que se quer confinar.

Passemos agora à fala dos leitores expressa nas cartas enviadas aos dois jornais. No período que examinei (de 12 a 15 de abril de 2004), o *Jornal do Brasil* publicou quatro cartas e o *Globo* treze. Do total, doze são contrárias ao muro e cinco a favor. As razões apresentadas, entretanto, não são homogêneas. Entre as opiniões favoráveis ao muro, a principal razão concentra-se na contenção das favelas:

Será que alguém é a favor da expansão das favelas? Ah, não? Então a solução é mesmo cercá-las, seja com muro, grade ou canteiro de flores. Tudo que puder delimitar o espaço, impedindo novas construções. Quando o poder público vai retirar as casas, os moradores alegam que estavam lá há dez anos. Com algum tipo de fronteira, a mentira se torna óbvia.

Abaixo a favelização do Rio de Janeiro! Vida longa aos muros! (Jornal do Brasil, 15/04/2004, p.A-10).

Não vejo a construção dos muros como segregação social. É apenas um limite físico. Países têm fronteiras, Estados e cidades também, bairros têm limites oficiais, prédios têm grades. Até casa de campo tem muro. Aliás, todos os ricos moram atrás de muros. Posso dizer que a idéia tem mérito, e o debate sobre o crescimento das favelas deve ter início quanto antes. (Jornal do Brasil, 15/04/2004, p.A-10).

Excelente o artigo de Luiz Paulo Conde e Sérgio Magalhães, porque desmistifica a idéia de que colocar um muro seria uma idéia grotesca. Somente leigos ou pessoas mal-intencionadas e com interesses políticos fazem comparações descabidas com o Muro de Berlim e outros absurdos da humanidade. O muro é bom, bonito e barato, uma solução simples de contenção do crescimento de favelas. Depois, como toda qualquer obra pública, há que manter a vigilância e a manutenção. Mas a idéia tem mérito. (O Globo, 14/04/2004, p. 6)

É interessante assinalar que a mesma “solução” para o problema da violência na Rocinha – conter sua expansão – aparece também como argumento contrário à edificação do muro:



A idéia do muro cercando favelas é assombrosamente ridícula. Tem é que ter política de redução das favelas. Rocinha e Vidigal, por exemplo, teriam que ser reduzidas para terem o tamanho que tinham em 1982 quando Brizola foi eleito. De lá para cá a Floresta da Tijuca perdeu mais de 20%. E é preciso investir firme no planejamento familiar. (O Globo, 13/04/2004, p.6)

Um segundo argumento apresentado é a necessidade de “isolar” a favela das “residências próximas” (a eloquência da própria distinção entre “favelas” e “residências” e o argumento apresentado – “isolá-las” – dispensando maiores comentários):

Acho válida a idéia de se construir um muro ao redor da Rocinha. É necessário isolar de fato a favela das residências próximas. O que é mais impressionante é que de novo vem o PT, por meio de um deputado, dizer que a idéia é inviável. Inviável é a população desta cidade continuar nessa situação. (O Globo, 13/04/2004, p.6)

O terceiro argumento equipara a situação vivida pelo Rio de Janeiro à guerra entre palestinos e israelenses e se diz a favor do muro como uma estratégia de contenção dos bandidos:

Parece que a viagem de Rosinha e Anthony Garotinho a Israel deu resultado. Aprenderam que para proteger pessoas de bem e que simplesmente querem viver sua vida sem serem mortas no asfalto por bandidos ou por terroristas, é necessário que se crie o muro. Infelizmente as pessoas de bem é que sofrerão mais num primeiro momento, mas o importante é que se compreenda que isso reduzirá a liberdade de movimento dos meliantes. (O Globo, 13/04/2004, p.6)

O segundo grupo de cartas expressa uma opinião contrária ao muro. A exemplo do primeiro, contudo, também não apresenta homogeneidade em seus argumentos, sendo possível identificar duas vertentes principais, que parecem reproduzir a tensão identificada anteriormente nos discursos de especialistas, políticos e da mídia. A primeira delas posiciona-se contrariamente à construção do muro por razões de ineficácia:

(...) parece-me ingênuo imaginar que essa demarcação possa diminuir a violência. As favelas não são legalmente constituídas como os condomínios e conjuntos habitacionais. Esses limites não existem na cabeça dos bandidos. Muros podem ser escalados, derrubados e esburacados, por mais altos e seguros que sejam. (O Globo, 13/04/2004, p.6)



A proposta de cercar favelas já foi feita outras vezes e deixada de lado. Mais uma vez o governo do estado vai tapar o sol com a peneira. O problema das favelas é o tráfico. Acho que a governadora deveria verificar os muros dos presídios, em vez de enclausurar a população das favelas. (O Globo, 13/04/2004, p. 6)

Construir um muro ao redor das favelas? Estamos falando de bandidos, marginais fortemente armados. Vamos construir para eles uma fortaleza? Derrubar um muro para eles é brincadeira de criança. (O Globo, 13/04/2004, p. 6)

Pela visão do vice-governador Luiz Paulo Conde, é melhor separar com um muro os pontos de venda de drogas do Vidigal e da Rocinha. Assim cada um continua no seu negócio em paz, e não se precisa descartar a fonte de recursos dos possuidores de consciências cauterizadas. Vista a carapuça quem quiser. (O Globo, 13/04/2004, p. 6)

É um absurdo pensar que um pedaço de concreto dará jeito à guerra do tráfico. Isolar o problema não é solução, é preciso encará-lo de frente. Cercar as favelas com muros, sob a desculpa do desmatamento na Floresta da Tijuca, é

uma vergonha. Não é a Mata Atlântica que está em questão e sim pessoas e suas vidas. (O Globo, 14/04/2004, p. 6)

O segundo subgrupo entre os leitores contrários à construção do muro apresenta como principal característica argumentos de natureza explicitamente ideológica, sendo permeado por denúncias de segregação que ecoam o tom encontrado nos depoimentos dos especialistas, principalmente da área de ciências sociais:

Fiquei surpreso com a semelhança entre a proposta de cercar as favelas e os primeiros movimentos da Segunda Guerra Mundial. Os nazistas colocaram todos os judeus em guetos (bairros cercados de paredes). Foi o primeiro passo para a época mais preconceituosa da história humana. Se alguém dessas comunidades a serem cercadas quiser fazer um protesto, é só avisar que eu estarei lá. (O Globo, 13/04/2004, p.6)

Criar muros que isolem as favelas. Quem é mais louco? Os arquitetos dessas idéias separatistas ou uma sociedade que se omite diante da mediocridade de seus administradores públicos, pois se por nós (cidadãos que lhes pagamos os suntuosos salários e aposentadorias) ao menos tivessem o respeito básico que suas funções nos



devem, não ousariam expor publicamente idéias como essa. (O Globo, 13/04/2004, p. 6)

Este clamor contra o veio “segregacionista” identificado na proposta do muro aparece também associado à ênfase na necessidade, como alternativa ao muro, de políticas públicas de inclusão social e de desenvolvimento da cidadania:

Em vez de cercar a Rocinha com muro, os nossos dirigentes deveriam pensar em começar ali uma verdadeira revolução social, dotando a região de ordem urbana compatível com a cidadania. Com vontade política e um zoneamento específico para a área, por que não construir pequenos prédios que organizem o espaço naquela região? Além de realocarem as famílias no mesmo lugar com um mínimo de acesso urbano, possibilitariam o policiamento, e sua construção criaria empregos, preservaria a vegetação e deixaria de ser esconderijo inatingível de traficantes. Os custos seriam menores que muros, facilitando a mobilização do policiamento, evitando as mortes de inocentes e o clima de terror. As famílias que lá moram, bem que gostariam de ter um endereço onde qualquer pessoa pudesse ter acesso. (Jornal do Brasil, 15/04/2004, p. A-10)

A idéia de cercar a Favela da Rocinha com muros, além de constituir, como foi bem dito no editorial do JB (13/04), ‘piada de péssimo gosto’, revela a incompetência do governo para tratar do problema da (in)segurança pública. Muro, muralha, mureta, tapume, cerca, paredão ou qualquer outro nome que seja dado representa uma violência, ainda maior que a praticada por aqueles que são apontados como traficantes e integrantes do que se convencionou chamar de ‘crime organizado’. Durante a Guerra Fria, o muro que separou a então Alemanha Ocidental da Oriental ficou conhecido como o ‘muro da vergonha’. A infeliz idéia tem suas raízes no preconceito social e demonstra, antes de tudo, falta de políticas públicas e sociais, que ainda são a melhor e mais eficaz forma de prevenção do crime. Seja qual for o tamanho do muro, não será capaz de esconder a incompetência do poder público. (Jornal do Brasil, 15/04/2004, p. A-10)

Não se pode simplesmente esconder um grave problema social e de segurança pública com a construção de uma ‘parede da vergonha’. O que se deve fazer é dar uma resposta social a esses milhões de brasileiros, com políticas públicas permanentes de



educação, saúde, seguridade e promoção social, trabalho, habitação e segurança pública seletiva que aja na erradicação do tráfico de drogas e armas, na contravenção como um todo e em todos os níveis, com o auxílio inclusive das Forças Armadas. (O Globo, 13/04/2004, p.6)

Causa-me estranheza e repúdio a idéia de que, nos dias atuais, o poder público ainda pretenda isolar em guetos determinada parcela da população, por julgá-la, arbitrariamente, ameaçadora e/ou inadequada ao convívio em sociedade sem barreiras. Os guetos e o muro de Berlim, Soweto e o muro de Sharon já nos deveriam ter ensinado algo a todos. A violência urbana não tem definidos, no espaço urbano, origem, agentes, local e conseqüências. Se há problemas nas favelas, e se estes resvalam perigosamente de suas fronteiras, é porque as benesses públicas, tais como infraestrutura, educação e saúde, franqueadas à cidade real, rica, não chegaram a elas. Dificulta-se, assim, o acesso de seus moradores a emprego e bens – terreno fértil para a opção pela criminalidade. Isolar ou delimitar as áreas pobres, ainda que com cercas vivas ou ciclovias, não vai resolver o problema da violência. Para além dos traficantes, há uma contextura social

rica e organizada nas favelas, hoje, já bairros com antiga história. É preciso respeitar esta população, tão usuária de toda a cidade e contribuinte de sua construção quanto todas as demais. (O Globo, 14/04/2004, p.6)

2.3. Um esboço de análise: as falas sobre o muro e as matrizes discursivas da violência

O mapeamento aqui realizado permite identificar a presença de algumas matrizes discursivas acerca da violência. Diversos estudiosos do assunto propuseram alguns sistemas de classificação destes discursos. Velho (1994), examinando os discursos presentes em segmentos de camadas médias, identificou (conforme vimos na seção 1.a deste texto) dois tipos discursivos: o “repressor” e o “reformista”, cuja distinção principal estaria nas diferenças de alcance entre as possibilidades de identificação. A restrição da identificação ao *in-group* marcaria o discurso repressor, caracterizado pela ênfase nas medidas de contenção e punição, enquanto que a extensão dos limites do grupo seria a tônica do discurso reformista, que priorizaria as políticas de inclusão social.

Gorita (2003), estudando sob uma perspectiva comparativa o discurso midiático acerca de dois casos de violência ocorridos no Rio de Janeiro em 1995 e 2000 (respectivamente, o assassinato de um assaltante já subjugado por um policial diante de um *shopping* na Zona Sul do Rio de Janeiro e o episódio do “Ônibus 174”,



em que um assaltante tomou diversos passageiros como reféns e terminou morto pela polícia também após ter sido dominado), sugere a existência de duas matrizes discursivas: a “pacificação com violência” e a “pacificação sem violência” (a primeira podendo ser subdividida em “com” ou “sem respeito pelos direitos humanos”).

Soares e Carneiro (1996), com base nos dados de uma pesquisa de opinião sobre a violência no Rio de Janeiro realizada pela Rede Globo de Televisão em 1984, identificam “quatro nomes” dados à violência – pecado, corrupção, miséria e crime – aos quais associam cinco tipos de discursos (o último nome gerando dois discursos distintos): religioso, moral, político, despótico e “crime”. Embora os autores afirmem não ser possível dispô-los sob a forma de um *continuum*, o discurso despótico seria central, os demais podendo ser definidos em um primeiro momento pela ausência das características que o demarcam. Neste processo, o discurso político seria aquele que mais se aproximaria de uma “oposição”. Os autores definem o discurso despótico como aquele que propõe soluções que desconsideram a necessidade de mediações legais. Em suas palavras:

O tipo despótico de discurso (...) se caracteriza sobretudo por propor ‘soluções’, em níveis os mais variados, que desprezam mediações institucionais ou legais. Não importa o plano em que se inscreve a proposta, ela é sempre a expressão voluntarista supostamente

passível de viabilização por obra e graça da onipotência de uma agência, nem sempre mencionada explicitamente: Leviatã, o Estado. E invariavelmente mobiliza grandes recursos, imensas conseqüências agregadas ou, no mínimo, afeta, sem que lhes conceda qualquer possibilidade de defesa ou mediação, vidas humanas.

Indiferente a qualquer vestígio de espírito jurídico, agredindo as mais elementares conquistas da tradição liberal, o discurso despótico facilmente sugere uma imagem do Estado comparável à figura histórica que nos acostumamos, nos anos sessenta, a identificar, no jargão marxista, ao modo de produção asiático: grandes empreendimentos; obras gigantescas; formidáveis deslocamentos humanos; intervenções de toda sorte nas mais diferentes áreas da experiência social; tirania de resultados.

O discurso despótico é aquele que ainda não se acostumou à dominação burocrático-legal, à prioridade do procedimento e da forma, à vigência de mediações institucionalizadas, enfim, às condições modernas da legitimidade política do Estado racional, de bases democráticas. (p.36-37)

Já o discurso político caracteriza-se pela preocupação com as causas sociais da violência:



(...) é neste tipo de discurso que prospera, mais que em qualquer outro, a preocupação com o estabelecimento de conexões entre causas e conseqüências da violência ou da criminalidade, que, portanto, deixa de ocupar o centro, assim como seus autores. O crime, a violência e, dir-se-ia, a marginalidade são conseqüências da ordem social vigente e não causas da anomia de que a primeira padece. (p.36)

Traços destas matrizes discursivas propostas por estes autores podem ser reconhecidos no mapeamento das opiniões acerca da proposta do muro que realizei acima. O primeiro deles encontra-se na postura que defende o muro usando como argumento a contenção das favelas. Encontra-se implícita aí a íntima associação entre violência e favela, ecoando aqui um traço do “discurso despótico” identificado por Soares e Carneiro (1996). Um traço deste discurso seria justamente a crença na existência de focos urbanos de violência, identificados primordialmente como sendo as favelas. Este discurso, contudo, apareceria de forma sutil, pois que muitas vezes travestido de uma preocupação “urbanística”. Entretanto, o argumento da contenção das favelas, (mesmo quando eventualmente vestido por uma roupagem “urbanística”) viria ressoar esta associação entre favela e violência, com a própria retomada do tema da contenção (por razões

de urbanização ou de contenção de deslizamentos) neste momento – quando estes temas são problemas contínuos – falando em favor da íntima vinculação, no imaginário popular, da pobreza associada à favela com a violência.

É interessante, contudo, que neste episódio do muro a única vertente que se poderia aproximar do discurso despótico é esta – o muro como estratégia de contenção da favela, com seus fortes matizes urbanísticos (o depoimento que sugere separar “favelas” de “residências” sendo uma exceção). O discurso despótico, ao menos em sua forma explícita, parece estar ausente.

Entretanto, seria ilusório supormos que desta ausência decorre necessariamente um predomínio do discurso “político” (ou “reformista”). Entre as doze cartas,⁷ cinco não manifestam qualquer repúdio a um suposto veio “segregacionista” do muro, objetando apenas quanto a sua suposta eficácia. Assim, são apenas seis as cartas que fazem a denúncia de uma atitude discriminatória implícita nesta proposta, ecoando assim o discurso dos especialistas. Destas, quatro mencionam a necessidade de políticas de inclusão social, constituindo-se assim em exemplos do discurso “político”.

O quadro que encontramos aqui parece ser assim bastante matizado, sendo rara a presença de posturas nitidamente despóticas (uma vez que surgem de forma sutil, sob a roupagem do argumento urbanístico) ou de posturas



claramente políticas (uma vez que a condenação do muro nem sempre se dá por sua conotação discriminatória, mas sim por sua suposta ineficácia).

Mas como entender esta situação? Porque estes discursos, ainda que aparecendo em suas linhas mais gerais, surgem de forma tão matizada?

A hipótese que gostaria de propor aqui é a idéia de que estaríamos diante do resultado de uma espécie de “diálogo” entre as opiniões dos especialistas (cuja denúncia da “alterização” do criminoso é hoje recorrente nas páginas de opinião e nas colunas regulares). Ora, os leitores que escrevem para estes jornais são, ao menos potencialmente, os mesmos que lêem as matérias e artigos publicados, entabulando-se então um diálogo entre especialistas e opinião pública cujo resultado seria esta “matização” dos discursos do senso comum.⁸ Estes, embora eventualmente permeados por convicções “despóticas”, a elas não dariam vazão senão de forma sutil e implícita, de que o muro como estratégia urbanística seria o melhor exemplo – como se os “limites físicos” não trouxessem em si uma concepção do que separar (conforme expresso na carta citada acima).

Este processo parece semelhante àquele descrito por Clark (1997), quando, ao discutir a gramática da compaixão entre os norte-americanos, identifica um fenômeno de “alargamento” do escopo das situações de sofrimento em que os aflitos merecem a compaixão. Este seria um efeito de uma difusão das teorias psicológicas e sociológicas sobre a gênese dos desvios.

Tratar-se-ia assim de uma apropriação pelo senso comum das teorias sociológicas, em um processo em que o social ganharia “visibilidade” (Clifford, 1998). Esta diluição de conceitos e explicações sociológicas pelo senso comum pode ser vista a meu ver como uma versão sociológica daquilo a que Figueira (1985) intitulou “cultura psicanalítica”, para referir-se à apropriação pelo senso comum de conceitos da teoria psicanalítica freudiana.

Esta hipótese nos conduz a uma segunda idéia: a de que os discursos sobre a violência precisam ser estudados sob uma perspectiva histórica de “curta duração”, justamente devido ao diálogo que entabulam entre si neste fórum de debates em que se constitui a mídia. O trabalho de Gorita (2003) aponta justamente para esta necessidade, ao identificar uma mudança significativa na posição dos leitores em um espaço de apenas cinco anos decorridos entre os dois casos que analisa, período no qual uma percentagem aproximada de 65% de leitores favoráveis à política da “pacificação com violência” (contra 35% favoráveis à “pacificação sem violência”) inverte-se.

Neste trabalho, contudo, não se trata de medir percentuais, mas sim de identificar a presença de diferentes matrizes discursivas. Mensurá-las aqui não faria qualquer sentido, por duas razões. Em primeiro lugar, a representatividade de cada discurso precisaria ser auferida em uma amostragem calculada sobre o universo total de cartas recebidas pelas redações dos jornais, pois caso contrário a



mensuração refletiria a escolha dos jornais, e não a opinião pública. Em segundo lugar, seria preciso levar em conta a natureza do episódio discutido, uma vez que o assassinato de ladrões ou sequestradores por policiais (em episódios com ou sem vítimas) são de natureza muito distinta de uma guerra entre quadrilhas de traficantes, em especial quanto ao seu “potencial de identificação” com o público leitor (conforme já assinalava Sento-Sé, 2003). Em favor desta hipótese – a de que a maneira da mídia cobrir a violência tem como um de seus principais critérios este “potencial de identificação” –, vale chamar a atenção para uma perspectiva que dominou o noticiário dos primeiros dias do conflito no *Jornal do Brasil*: o fato de que a guerra na Rocinha impedira o trânsito entre a Zona Sul e a Barra da Tijuca (as duas principais regiões de habitação das elites no Rio de Janeiro). Dois exemplos me parecem suficientes: a manchete de primeira página do *Jornal do Brasil* – “Guerra do tráfico provoca mortes, pânico e corte do acesso à Barra” – e os depoimentos citados em matéria do mesmo dia: quatro entrevistados, nenhum deles morador da Rocinha, sendo que três deles falavam dos transtornos provocados em seus itinerários para voltar para casa. É por este viés do “potencial de identificação” que podemos entender a equiparação entre “mortes” e “corte do acesso à Barra” implícita na manchete citada – afinal, foi este o transtorno mais imediato causado pelo conflito a estes grupos sociais aos quais esta publicação se dirige.

Considerações Finais

Discuti alguns modelos teóricos propostos por diversos autores para dar conta das relações entre mídia, sociedade e violência. Nestas considerações finais, gostaria de desenvolver de forma mais detalhada um destes modelos: aquele que sugere ser o discurso midiático um espaço de construção de representações sobre a violência, as quais por sua vez orientariam as atitudes sociais diante deste fenômeno (conforme apontado por Rondelli, 1997).

Em sua perspectiva pós-durkheimiana, a noção de “representação social” ganha matizes que a refinam, permitindo-lhe ir além da visão reificadora do fato social como algo que “coage as consciências individuais”. Laplantine (2001), discutindo a aplicabilidade desta noção no campo da antropologia médica, destaca dois aspectos fundamentais de sua utilização: permitir uma forma de pensar a articulação entre o indivíduo e a sociedade e combinar três campos de investigação. Estes três campos seriam o conhecimento, o valor e a ação. Sob esta perspectiva, a representação social seria uma forma de conhecer que apresentaria a característica de não se apresentar como tal à consciência do sujeito que a emprega. Na feliz formulação de Laplantine, a representação seria “um saber que não duvida de si mesmo” (p.241), ou seja, para o sujeito que conhece o mundo por seu intermédio, não se trata de uma idéia ou de um conceito, mas da própria realidade. Além disso, a representação comporta julgamentos, e é com base nesta concepção da realidade que o



sujeito age no mundo. Laplantine define assim a noção de “representação”:

É o encontro de uma experiência individual e de modelos sociais num modo de apreensão particular do real: o da imagem-crença, que, contrariamente ao conceito e à teoria que é sua racionalização secundária, sempre tem uma tonalidade afetiva e uma carga irracional. Trata-se de um saber que os indivíduos de uma dada sociedade ou de um grupo social elaboram acerca de um segmento de sua existência ou de toda sua existência. É uma interpretação que se organiza em relação estreita com o social e que se torna, para aqueles que a ela aderem, a própria realidade. De fato, é próprio a uma representação nunca pensar-se como tal e especialmente ocultar as distorções e as deformações que indiscutivelmente carrega, em particular a relação da doença e do social, da doença e do psicológico, do psicológico e do social. A representação que cada um faz da saúde nos permite pensá-la, impedindo-nos ao mesmo tempo de ver o que justamente outras representações elucidam. (p.242)

Quando transposta para outros campos da investigação antropológica, a noção de representação permite-nos atentar ainda para um outro aspecto. É o caso de sua utilização na

análise de obras de arte, científicas e/ou de comunicação de massa, em que sua produção encontra-se articulada a dimensões de poder. É isso o que assinala Edward Said em seu clássico *Orientalismo*, ao justificar assim a relevância do estudo que empreende sobre o modo ocidental de representar o Oriente:

Eu mesmo acredito que o orientalismo é mais particularmente válido como um sinal do poder europeu-atlântico sobre o Oriente que como um discurso verídico sobre o Oriente (que é o que, em sua forma acadêmica ou erudita, ele afirma ser). Apesar disso, o que temos de respeitar e tentar apreender é a força nua e sólida do discurso orientalista, os seus laços muito íntimos com as instituições sócio-econômicas e políticas capacitantes, e a sua temível durabilidade. (1990, p.18)

Assinalando ao mesmo tempo seu caráter de representação – e portanto de uma idéia sobre o real que se apresenta como o próprio real – e sua articulação com o poder associado àquele que representa de fazer prevalecer sua concepção do outro (reduzido à condição de objeto representado), Said aponta assim suas conseqüências:

Considero que o fracasso do orientalismo foi tanto humano como intelectual; pois, ao ter de assumir uma posição de irredutível oposição a uma



região do mundo que ele considerava como estranha à sua própria, o orientalismo não foi capaz de vê-la como experiência humana (1990, p.332).

Estamos aqui de volta ao problema da alteridade: a representação do outro como destituído de humanidade, como não-pertencente à mesma condição do sujeito que o representa. Este é o ponto discutido por Lutz e Collins (1993) em um estudo sobre as representações do Terceiro Mundo nas imagens fotográficas da revista *National Geographic*.

Em seu trabalho (a exemplo do estudo de Said), nota-se uma preocupação que excede a mera análise de conteúdo destas representações, com a atenção sendo voltada para as conseqüências políticas (nos termos foucaultianos do microexercício do poder) destas representações. É neste sentido que Lutz e Collins afirmam:

(...) estas compreensões ou estratégias para a descrição de diferenças humanas ajudaram a criar e a reproduzir hierarquias sociais. No mínimo, estas hierarquias criaram pequenas humilhações e rejeições, e diminuíram as oportunidades (1993, p.3 [tradução minha]).

Esta preocupação com as conseqüências das representações sobre a experiência cotidiana das pessoas (tanto os representados como aqueles que os representam) aponta um caminho para a compreensão da relevância dos estudos sobre as representações da violência no discurso midiático. Representar é ao mesmo tempo conhecer, valorar e agir. Por esta razão, identificar as matrizes discursivas segundo as quais determinados segmentos sociais entendem os atos de violência dos quais se apercebem e/ou aos quais estão sujeitos é um instrumento fundamental para o aprofundamento do debate público sobre como lidar com episódios tais como a paixão sofrida pelo Rio de Janeiro na Sexta-feira Santa de 2004.





Referências Bibliográficas

- CALDEIRA, T. *Cidade de muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CLARK, C. *Misery and company*. Sympathy in everyday life. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1997.
- CLIFFORD, J. Sobre a automodelagem etnográfica: Conrad e Malinowski. In: _____. *A experiência etnográfica*. Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, p. 100-131.
- FIGUEIRA, S. Introdução: psicologismo, psicanálise e ciências sociais na 'cultura psicanalítica'. In: FIGUEIRA, S. (Org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.7-13.
- GORITA, M. A. Notícias do crime, relatos da insegurança. Os discursos da violência na cidade do Rio de Janeiro (1995-2000). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ-IFCS, 2003.
- LAPLANTINE, F. Antropologia dos sistemas de representações da doença: sobre algumas pesquisas desenvolvidas na França contemporânea reexaminadas à luz de uma experiência brasileira. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p.241-259.
- LUTZ, C. e COLLINS, J. *Reading national geographic*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1993.
- RONDELLI, E. Mídia e violência: ação testemunhal, práticas discursivas, sentidos sociais e alteridade. *Comunicação e Política*, n.3. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 1997, p.141-160.
- SAID, E. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- SENTO-SÉ, J. Violência, medo e mídia. Notas para um programa de pesquisa. *Comum*, nº 21. Rio de Janeiro, Faculdades Integradas Hélio Alonso, 2003, p. 24-37.
- SOARES, L. E. e CARNEIRO, L. P. Os quatro nomes da violência: um estudo sobre éticas populares e cultura política. In: SOARES, L. E. et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará-ISER, 1996, p.13-57.
- VELHO, G. O grupo e seus limites. In: _____. *Projeto e metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.106-113.
- ZALUAR, A. Violência: questão social ou institucional? In: OLIVEIRA, Nilson Vieira. (Org.). *Insegurança pública*. Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002, p.75-85.
- _____. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. (Org.). *Violências no tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 91-100.



Abstract – *The goal of this essay is to look over the theme of alterity in the discourses about violence found in a few of the printed media devoted to covering a dramatic fact in Rio de Janeiro: the war among drug traffickers at the Favela da Rocinha (the Rocinha Slum) during the night of Good Friday in 2004. The analysis concentrates on a moment of that episode: the suggestion, made by the vice-governor of Rio de Janeiro state, Luiz Paulo Conde, two days after the beginning of the event, to build a wall in order to restrain the expansion of Rocinha. The selection of the episode is accounted for on the basis of the consideration of the wall as a synthesis-strategy of segregation (as suggested by other authors). Therefore, it is the discourse on the relation violence-alterity that is highlighted. The material analysed consists of the cover reports made by the daily papers O Globo and Jornal do Brasil.*

Keywords: Rio de Janeiro; Favela da Rocinha (the Rocinha Slum); media; violence; alterity.

Resumen – *El objetivo de este sondeo es examinar el tema de la alteridad en los discursos sobre la violencia presentes en los medios impresos, enfocando la cobertura de un incidente dramático ocurrido en la ciudad de Río de Janeiro: la guerra entre narcotraficantes en la Favela de Rocinha en la madrugada de Viernes Santo de 2004. El análisis se concentra en un período de ese evento: la proposición, hecha por el vicegobernador del Estado del Río de Janeiro, Luiz Paulo Conde, dos días después del inicio del incidente, de construirse un muro para estancar la expansión de Rocinha. La elección de ese incidente se justifica por ser el muro una estrategia que sintetiza la segregación (según apuntan otros autores). Se subrayan, así, los discursos en torno de la relación violencia-alteridad. El material examinado consiste en noticias publicadas en los diarios O Globo y Jornal do Brasil.*

Palabras-clave: *Río de Janeiro; Favela da Rocinha; los media; violencia; alteridad.*

Notas

¹ Para um comentário acerca dos problemas gerados por essa polarização, ver Zaluar (2002).

² O material aqui analisado foi coletado pelos bolsistas de iniciação científica Raphael Bispo dos Santos e Eduardo dos Santos Teixeira.

³ Até o momento em que escrevo este texto (junho de 2004), Dudu continua solto.

⁴ Todos os depoimentos citados neste parágrafo foram retirados de matéria publicada em *O Globo*, de 12/4/2004, p.8.

⁵ Todos os depoimentos citados neste parágrafo foram retirados e matéria publicada em *O Globo*, de 13/04/2004, p.15.

⁶ Todos os depoimentos citados nos quatro últimos parágrafos encontram-se em matéria publicada no *Jornal do Brasil*, de 13/04/2004, p. A16.

⁷ Das doze cartas contrárias ao muro, desloquei uma para a seção da análise em que inventario as posturas favoráveis, devido à natureza de seu argumento: o muro seria “ineficaz para conter as favelas”, sendo necessário reduzi-las.

⁸ Zaluar (1999, *apud* Gorita, 2003, p. 36) aborda também este ponto, assinalando que a fala do cientista social faz hoje parte do discurso da mídia, o que exigiria “uma nova reflexão sobre as possibilidades de encontro entre a academia e o universo do senso-comum”.